



**1T  
21**

**Gerenciamento de  
riscos e capital  
Pilar 3**

1º trimestre de 2021

# Índice

<b>Objetivo</b>	<b>1</b>
<b>Principais Indicadores</b>	<b>1</b>
<b>Indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos</b>	<b>2</b>
<b>KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais</b>	<b>2</b>
<b>OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição</b>	<b>3</b>
Escopo e Principais Características do Gerenciamento de Riscos	3
Governança de Riscos e Capital	4
Apetite de Risco	4
Cultura de Riscos	5
Teste de Estresse	5
Plano de Recuperação	6
Avaliação da Adequação de Capital	7
Suficiência de Capital	7
<b>OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)</b>	<b>8</b>
<b>Comparação entre informações contábeis e prudenciais</b>	<b>9</b>
<b>LIA: Explicação das diferenças entre valores registrados nas demonstrações contábeis e valores das exposições sujeitas a tratamento prudencial</b>	<b>9</b>
<b>LI1: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco</b>	<b>10</b>
<b>LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições</b>	<b>10</b>
<b>PV1: Ajustes prudenciais (PVA)</b>	<b>11</b>
<b>Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding</b>	<b>12</b>
<b>Instituições não consolidadas</b>	<b>14</b>
<b>Instituições relevantes</b>	<b>15</b>
<b>Composição de Capital</b>	<b>15</b>
<b>CCA: Principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>15</b>
<b>CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>16</b>
<b>CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial</b>	<b>18</b>
<b>Indicadores Macroprudenciais</b>	<b>19</b>
<b>CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACPContracíclico</b>	<b>19</b>
<b>GSIB1: Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistemicamente importante em âmbito global (G-SIBs)</b>	<b>19</b>
<b>Razão de Alavancagem</b>	<b>20</b>
<b>LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)</b>	<b>20</b>
<b>LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem</b>	<b>20</b>
<b>Indicadores de Liquidez</b>	<b>21</b>
<b>LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez</b>	<b>21</b>
Estrutura e Tratamento	21
<b>LIQ1: Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)</b>	<b>22</b>
<b>LIQ2: Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR)</b>	<b>23</b>
<b>Risco de Crédito</b>	<b>24</b>
<b>CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito</b>	<b>24</b>
<b>CR1: Qualidade creditícia das exposições</b>	<b>25</b>
<b>CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal</b>	<b>25</b>
<b>CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições</b>	<b>25</b>
Exposições por setor econômico	26
Exposições por prazo remanescente de vencimento	26
Exposições em atraso segmentadas por faixa de atraso	26
Exposições por região geográfica no Brasil e por país	27
Maiores exposições	27
Exposições reestruturadas	27

CRC: Informações sobre instrumentos mitigadores do risco de crédito	27
CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito	28
CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito	29
CR5: Abordagem padronizada - exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR)	29
<b>Risco de Crédito de Contraparte</b>	<b>30</b>
CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)	30
CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada	30
CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco	30
CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte	31
CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito	31
CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais	31
<b>Exposições de Securitização</b>	<b>32</b>
SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização	32
SEC1: Exposições de securitização classificadas na carteira bancária	32
SEC2: Exposições de securitização classificadas na carteira de negociação	32
SEC3: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como originadora ou patrocinadora	32
SEC4: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como investidora	33
<b>Risco de Mercado</b>	<b>33</b>
MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado	33
MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado	35
MRB: Informações qualitativas sobre o risco de mercado na abordagem de modelos internos	35
MR2: Informações sobre as variações do $RWA_{MINT}$	38
Exposições sujeitas a risco de mercado	38
MR3: Valores dos modelos internos de risco de mercado	38
MR4: Comparação das estimativas do VaR com os resultados efetivo e hipotético	38
Teste de Aderência	38
<b>Total da Exposição Associada a Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>39</b>
<b>IRRBB</b>	<b>40</b>
IRRBBA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB	40
Estrutura e tratamento	40
IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB	42
<b>Outros Riscos</b>	<b>43</b>
Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização	43
Risco Socioambiental	43
Risco de Modelo	44
Risco Regulatório ou de Conformidade	44
Risco Reputacional	45
Risco País	46
Risco de Negócio e Estratégia	46
Risco de Contágio	47
Risco Operacional	48
Gestão de Crises e Continuidade dos Negócios	48
Validação Independente de Modelos de Riscos	49
<b>Glossário de Siglas</b>	<b>50</b>
<b>Glossário de Regulamentos</b>	<b>53</b>











































































































### Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O Itaú Unibanco classifica internamente seus eventos de risco em:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Itaú Unibanco;
- Interrupção das atividades do Itaú Unibanco;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades no Itaú Unibanco.

Na gestão de risco operacional, inclui-se o risco de conduta, que é objeto de ações mitigatórias que contemplam a avaliação do desenho do produto (*suitability*) e dos modelos de incentivos. Ações relacionadas à prevenção a fraudes são conduzidas pela área de inspetoria. Independentemente da origem, os casos específicos podem ser deliberados nos comitês de riscos e comitês de integridade e ética. O Itaú Unibanco possui governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam ao CA, com papéis e responsabilidades bem definidos de forma a segregar as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, conseqüentemente, decisões equilibradas em relação aos riscos. Isto se reflete na gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, executado pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional, através de metodologias, treinamento, certificação e monitoramento do ambiente de controles de maneira independente.

Os gestores das áreas executivas utilizam-se de metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional. Entre as metodologias e ferramentas utilizadas, destacam-se a autoavaliação e o mapa de riscos priorizados da instituição, a aprovação de processos, produtos e projetos de desenvolvimento sistêmico, o monitoramento de indicadores chave de risco e a base de dados de perdas operacionais, garantindo uma base conceitual única para o gerenciamento de processos, sistemas, projetos e novos produtos e serviços.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, periodicamente, são apresentados os reportes consolidados do monitoramento de riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Em linha com os princípios da Resolução CMN 4.557, o documento “Relatório de Acesso Público - Gestão Integrada Risco Operacional e Controles Internos”, versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, pode ser acessado no site [www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores), na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Regulamentos e Políticas”, “Relatórios”.

### Gestão de Crises e Continuidade dos Negócios

O Programa de Continuidade de Negócios do Itaú Unibanco tem por objetivo proteger seus colaboradores, assegurar a continuidade das funções críticas de suas linhas de negócio e sustentar tanto a estabilidade dos mercados em que atua quanto à confiança de seus clientes e parceiros estratégicos em sua prestação de serviços e produtos.

Ele estabelece o Plano de Continuidade de Negócios (PCN) que são procedimentos modulares à disposição para utilização em eventuais incidentes. Os planos existentes são:









